



v. 10, n. 3 – 2021 – ISSN 2316-395X

Educação patrimonial e natureza: ações educativas no Rincão Gaia

Cultural heritage education and nature: educational actions in Rincão Gaia

Educación patrimonial y naturaleza: acciones educativas en Rincão Gaia

Maria Inês Möllmann¹
Daniela Ripoll²
Edgar Roberto Kirchof³

Recebido em: 10/11/2020
Aceito para publicação em: 11/5/2021

¹ Graduada em Comunicação Social (Relações Públicas) e em Comunicação Social (Jornalismo) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), mestra em Educação pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). Tem experiência na área de Comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: relações públicas, assessoria de comunicação, sustentabilidade, comunicação comunitária e terceiro setor.

² Bióloga. Mestra e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Ulbra.

³ Graduado em Letras (Português/Alemão) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e em Teologia pela Escola Superior de Teologia (EST), mestre em Ciências da Comunicação pela Unisinos, doutor em Linguística e Letras pela PUC-RS, pós-doutor na área de Biossemiótica pela Universidade de Kassel (Alemanha). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Ulbra.

Resumo: Este artigo apresenta uma reflexão sobre as principais ações educativas voltadas à preservação da natureza no Rincão Gaia, localizado no município gaúcho de Pântano Grande. Originalmente um local devastado e inóspito por conta de sua utilização intensiva como pedreira durante muitos anos, o rincão foi restaurado, na década de 1980, pelo ecologista e agrônomo gaúcho José Lutzenberger e hoje se configura como um patrimônio natural brasileiro, em virtude de sua importância não apenas para a identidade e a memória da comunidade local, mas também e principalmente por ter se tornado uma referência enquanto espaço de educação para promover o respeito e a preservação da natureza. As reflexões e análises aqui apresentadas derivam de uma pesquisa em que foram realizados apontamentos de uma visita guiada pelas trilhas interpretativas do local, as quais são pré-agendadas e se dão, principalmente, por intermédio de caminhadas orientadas por monitores. O referencial teórico que fundamenta as reflexões propostas vincula-se às discussões sobre patrimônio, patrimônio natural e educação patrimonial.

Palavras-chave: Rincão Gaia; educação patrimonial; patrimônio natural.

Abstract: In this article, we present and discuss the main educational actions focused on the preservation of nature that are performed in Rincão Gaia, a Brazilian natural heritage located in the city of Pantano Grande, Rio Grande do Sul, Brazil. Originally a devastated and inhospitable place due to its intensive use as a quarry for many years, Rincão was restored in the 1980s by the ecologist and agronomist José Lutzenberger, born in Rio Grande do Sul, and nowadays it is a Brazilian natural heritage not only because of its importance for the identity and memory of the local community, but also and mainly because it has become a reference of educational space for the respect and preservation of nature. The reflections and analyses presented here derived from an investigation conducted as a master's dissertation. As part of the methodology, one of the researchers went through the local ecological trails guided tour, which is pre-scheduled and takes place through guided walks. The theoretical framework of this research is linked to the discussions on cultural heritage, natural heritage, and cultural heritage education.

Keywords: Rincão Gaia; cultural heritage education; natural heritage.

Resumen: Este artículo presenta una reflexión sobre las principales acciones educativas centradas en la preservación de la naturaleza de Rincão Gaia, ubicada en la ciudad de Pantano Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. Originalmente un lugar devastado e inhóspito debido a su uso intensivo como cantera por muchos años, el Rincão fue restaurado en la década de 1980 por el ecologista y agrónomo nacido en Rio Grande do Sul José Lutzenberger y hoy es un patrimonio natural de Brasil por causa de su importancia no solo para la identidad y memoria de la comunidad local, sino también y principalmente porque se ha convertido en una referencia de espacio educativo para el respeto y la preservación de la naturaleza. Las reflexiones y análisis presentados aquí derivan de una investigación que apunta notas de una visita guiada por los senderos ecológicos locales, programada previamente y sobretodo por medio de caminatas guiadas. El marco teórico que subyace a las reflexiones propuestas aquí está vinculado a las discusiones acerca de patrimonio, patrimonio natural y educación del patrimonio.

Palabras clave: Rincão Gaia; educación patrimonial; patrimonio natural.

INTRODUÇÃO

Em novembro de 2019 um evento ocupou os principais portais brasileiros de notícias: a derrubada de uma imbuia gigante (*Ocotea porosa*), com pelo menos 535 anos de idade. A árvore em questão, “alta como um prédio de dez andares” e “mais antiga que a chegada do navegador Pedro Álvares Cabral ao Brasil”, de acordo com uma das reportagens (ÁRVORE..., 2019), foi derrubada no município de Vargem Bonita (SC) para virar – junto com outras 16 araucárias (*Araucaria angustifolia*) – estacas de cerca em uma propriedade rural. Com a apreensão das árvores e a multa ao dono do terreno por crime ambiental, alguns especialistas foram chamados para comentar o ocorrido e se pronunciaram da seguinte forma:

“É um problema cultural do nosso país, onde as pessoas não sabem o valor de uma árvore. Aquelas que caem por ação da natureza deveriam ser exploradas de forma mais nobre, virar peça de museu. Mas fazer uma derrubada de uma árvore rara saudável para fazer palanque de cerca é duplamente criminoso”, afirmou o professor Marcelo Scipioni, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), especialista em árvores gigantes.

[...]

O policial militar ambiental Teylor Comunello [...] relata ter sentido tristeza ao ver árvores raras no chão – foram derrubadas uma imbuia e 16 araucárias. “Nunca tinha visto uma árvore assim, desse tamanho, cortada desse jeito. É bem triste porque, além de ser uma espécie ameaçada de extinção, é centenária e rara. Um desperdício”, afirmou à reportagem. Ele participou do trabalho de remoção da árvore, que agora está exposta na sede da Polícia Ambiental para fins educativos (ÁRVORE..., 2019).

A derrubada de uma árvore que já estava viva quando do desembarque português no Brasil é emblemática em muitos aspectos, pois evidencia que o atual cenário nacional está fortemente marcado: a) pelo enfraquecimento das redes de proteção ambiental em todos os níveis (federal, estadual e municipal); b) por uma certa letargia socioambiental, já que eventos e desastres socioambientais de todo o tipo (rompimento de barragens, derramamento de petróleo em praias, queimadas na Amazônia, aumento da violência no campo e contra os povos indígenas e minorias, avanço sem precedentes da atividade mineradora em áreas de proteção ambiental, chacinas em favelas) se acumulam sem causar revolta, constrangimento ou reações no mundo *off-line*; c) pela necessidade de fortalecer a articulação entre a educação ambiental e a educação patrimonial, na escola e na cultura como um todo, já que ambas se voltam para a formação da cidadania por meio de ações pedagógicas realizadas em ambientes formais de ensino, mas também em espaços não escolares, assumindo o entendimento de que cultura e ambiente precisam ser abordados de maneira indissociada.

Tendo em vista tal contexto, o objetivo deste artigo é apresentar uma análise das principais ações educativas voltadas à preservação da natureza no Rincão Gaia (Pântano Grande – RS). Vista como um local devastado e inóspito por causa de sua utilização intensiva como pedreira durante muitos anos (STEIL; CARVALHO; PASTORI, 2010), a área do rincão foi restaurada pela Fundação Gaia – idealizada pelo ativista ambiental gaúcho José Lutzenberger – e hoje pode ser considerada um importante patrimônio natural brasileiro. As reflexões e análises aqui apresentadas derivam de uma pesquisa de mestrado em que foram realizados apontamentos de uma visita guiada pelas trilhas ecológicas do local, as quais são pré-agendadas e se dão, principalmente, por intermédio de caminhadas orientadas por monitores que guiam os visitantes a alguns pontos especialmente importantes. O referencial teórico que fundamenta as reflexões propostas vincula-se às discussões sobre patrimônio, patrimônio natural e educação patrimonial.

PATRIMÔNIO, NATUREZA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Antes de discutir as ações educativas que envolvem o Rincão Gaia enquanto patrimônio natural, é necessário abordar, ainda que brevemente, o próprio conceito de patrimônio, visto que se trata de um lexema polissêmico, cujos sentidos vêm sendo produzidos e deslocados historicamente, em diferentes contextos. No senso comum, a ideia de patrimônio ainda está fortemente ligada à noção de “bens” ou “posses” que são transmitidos em uma linha de sucessão temporal entre gerações. Como esclarece Moraes (2005, p. 4), “o vocábulo Patrimônio refere-se, originalmente, à herança paterna, ou seja, aos bens materiais transmitidos de pai para filho. Daí o termo, ainda hoje, referir-se à herança familiar”. A noção moderna de patrimônio histórico ou de herança cultural, por sua vez, surge apenas nas últimas décadas do século XVIII, após a Revolução Francesa, “quando a preservação do patrimônio deixa de ser uma preocupação de eruditos ou de setores da igreja católica e se torna objeto de políticas públicas do Estado” (ZUBARAN, 2012, p. 88). Como esclarece Zubaran (2012), naquele contexto histórico a noção de patrimônio serviu de suporte para políticas de consolidação dos Estados Nacionais e de suas identidades.

De acordo com Delphim (2004), na década de 1930 surgiram, no Brasil, as primeiras leis de proteção do patrimônio cultural, muito embora, como alerta Vergara Cerqueira (2005, p. 93), a legislação de 1937 estivesse imbuída de uma concepção elitista e restritiva sobre patrimônio, segundo a qual teriam o *status* de patrimônio cultural apenas obras artísticas e arquitetônicas que pudessem evocar a memória de homens e feitos supostamente gloriosos e superiores. Essa visão passou a modificar-se, segundo Moraes (2005), com a redemocratização do Brasil nos anos 1980, quando as definições de patrimônio cultural se tornaram mais abrangentes, “assumindo definitivamente uma visão mais holística de cultura” (MORAES, 2005, p. 4) em função de uma mudança na direção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). De acordo com a autora, “Aloísio Magalhães⁴ [...] produz um profundo redimensionamento do debate em relação às políticas culturais de preservação” e, “durante sua administração, se consolida um novo olhar a respeito do Patrimônio Cultural” (MORAES, 2005, p. 4).

Essa visão mais aberta sobre o patrimônio é incorporada, em grande medida, pela Constituição Federal da República Federativa, de 1988, que passou a considerar como patrimônio cultural brasileiro “bens de natureza material e imaterial, concernentes à identidade e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (VERGARA CERQUEIRA, 2005, p. 93). Nessa definição, chamam atenção dois principais deslocamentos em relação à visão elitista e restritiva que predominava na legislação de 1937: primeiro, a noção de que as identidades e a memória de grupos sociais diversos – e não apenas de grupos associados à cultura hegemônica – são o fundamento para definir o que é patrimônio; segundo, o postulado de que o patrimônio não precisa necessariamente ser constituído por uma materialidade física e estática, abrangendo, portanto, também manifestações culturais de campos epistemológicos e origens sociais diversas, desde a gastronomia, a dança, até expressões de religiosidade, para citar apenas alguns exemplos.

⁴ Aloísio Sérgio Barbosa Magalhães foi advogado, pintor, designer, gravador, cenógrafo, figurinista. Em 1963 colaborou na criação da Escola Superior de Desenho Industrial (Esdi) e, em 1975, foi coordenador do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), na Universidade de Brasília. No período, “Aloísio Magalhães e sua equipe, predominantemente multidisciplinar, formada por matemáticos, físicos, museólogos e antropólogos, entre outros, elaboraram diversos conceitos e desenvolveram novos olhares sobre o patrimônio cultural brasileiro” (ALOÍSIO..., s.d.). Além disso, na gestão de Magalhães houve, “no âmbito das políticas públicas de cultura, o reconhecimento dos bens culturais não mais por valores estéticos ou com características ‘eruditas’, mas pelo valor que a sociedade atribuía aos mesmos” (IPHAN, 2015). Foi nomeado diretor do IPHAN em 1979 “e, no ano seguinte, presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, quando inicia campanha pela preservação do patrimônio histórico brasileiro” (ALOÍSIO..., s.d.).

No que diz respeito à noção de patrimônio natural, também foi na legislação de 1937 que surgiram as primeiras leis de proteção à natureza brasileira. Além disso, nessa época se criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), por meio da Lei n.º 378/37, “com a finalidade de promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (REZENDE *et al.*, 2015, p. 1). Inicialmente vinculado ao Ministério da Educação e Saúde Pública, o SPHAN transformou-se em Diretoria em 1946 (DPHAN) e apresentava, em seus quadros técnicos, “intelectuais ligados ao movimento modernista, remunerados por determinado período de tempo em função da necessidade de realização de pesquisas e inventários em diversas regiões do Brasil” (REZENDE *et al.*, 2015, p. 2), tais como Lúcio Costa, Gilberto Freyre, Oscar Niemeyer etc. Além disso, de acordo com Calabre (2017, p. 37), atuaram como consultores do órgão

destacados profissionais das mais diversas áreas – arquitetos, juristas, engenheiros, historiadores, literatos, mestres de obras, entre outros. Atuaram na consultoria jurídica do órgão, por exemplo, Afonso Arinos de Melo Franco e Prudente de Moraes Neto. Para as ações em Pernambuco, Rodrigo [Melo Franco de Andrade, diretor do órgão até 1967] contou com os serviços de Gilberto Freyre; para o Rio Grande do Sul, com Augusto Meyer; e, para a região amazônica, com Arthur Cezar Ferreira Reis. Mário de Andrade produziu estudos sobre São Paulo. Carlos Drummond de Andrade foi o organizador do Arquivo e chefe da Seção de História, e Lucio Costa, chefe da Divisão de Estudos e Tombamento. Em suma, o Sphan contou com importantes intelectuais, seja coordenando trabalhos regionais (Freyre e Meyer), seja produzindo estudos pontuais de interesse para a área (Manuel Bandeira).

A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) foi transformada em Instituto (IPHAN) em 1970, vinculado ao Departamento de Assuntos Culturais (DAC) do Ministério da Educação e Cultura (ver Decreto n.º 66.967, de 27 de julho de 1970)⁵. Originalmente, protegia apenas bens patrimoniais de cunho histórico e artístico do Brasil, mas, a partir da década de 1980, passou a incluir também acidentes geográficos notáveis e paisagens agenciadas pelo homem. Para os fins deste artigo, importa ressaltar inicialmente que, em sua perspectiva ampliada sobre o conceito de patrimônio, a própria Carta Magna de 1988 passou a incluir o meio ambiente e a natureza como parte do patrimônio nacional. Por outro lado, também é preciso chamar atenção para o fato de que esse conceito está fortemente marcado por uma concepção da natureza como monumento a ser admirado e distante de uma visão culturalista ou antropológica.

No que diz respeito especificamente ao conceito de patrimônio natural, Pereira (2017, p. 123) esclarece que sua emergência, em nível tanto internacional como nacional, se deve principalmente à

Convenção do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), realizada em Paris no ano de 1972, da qual o Brasil também é signatário. Nessa convenção, o patrimônio natural foi definido como as formações físicas, biológicas, geológicas e

⁵ Em 1.º de janeiro de 2019, com a reforma administrativa do governo Jair Bolsonaro, o Ministério da Cultura foi oficialmente extinto pela Medida Provisória n.º 870, publicada em edição especial do Diário Oficial da União, passando à condição de Secretaria Especial. A partir disso, o IPHAN passou a ser vinculado ao Ministério do Turismo e, em recente reportagem da Folha de S. Paulo (MORAES; GABRIEL, 2021), “vive paralisia mais longa desde antes da ditadura militar”.

fisiográficas, as zonas de habitat de espécies ameaçadas e novamente os lugares notáveis.

Embora, nesse período, o conceito tenha surgido muito vinculado a uma noção de natureza como uma espécie de monumento (com base na qual são valorizadas a estética da paisagem e suas potencialidades cênicas), posteriormente os estudiosos do campo passaram a propor concepções que transcendem o que foi definido pela Unesco, aproximando o patrimônio natural de uma concepção mais antropológica e menos monumental. Nos termos de Pereira (2017, p. 123), dentro dessa visão mais alargada,

o patrimônio natural seria um testemunho dos processos naturais e das relações criadas entre os seus elementos, que além de fazer parte da memória humana, já que assume um significado e sentido para diferentes grupos sociais, torna-se uma referência histórica, que é introduzida na memória social.

Em virtude desse alargamento do conceito de patrimônio – que passou a incluir manifestações materiais e imateriais da cultura, assim como a natureza associada à memória social de diferentes grupos sociais –, emergiram nas últimas décadas vários discursos e campos de saber sobre a preservação e a educação patrimonial no Brasil (COSTA, 2016, p. 47). Nesse sentido, Moraes (2005, p. 5) enfatiza o protagonismo e a centralidade do próprio IPHAN quanto a tal processo, uma vez que esse órgão “vem promovendo ações educativas e de exercício da cidadania efetivas, por meio de divulgação da importância do Patrimônio Histórico-Cultural para todos os indivíduos”. Imbuído desse espírito, esse órgão governamental propôs um Programa de Educação Patrimonial, para o qual elaborou um Guia Básico de Educação Patrimonial, no qual se postula, como um princípio básico para esse campo de atuação, “a experiência direta dos bens e fenômenos culturais, para se chegar à sua compreensão e valorização, num processo contínuo de descoberta” (HORTA *et al.*, 1999, p. 5).

Tendo em vista a concepção ampla de educação patrimonial proposta pelo IPHAN, bem como a noção de que, no caso do patrimônio natural, não faz sentido postular separações rígidas entre os campos da educação patrimonial e da educação ambiental, nas próximas seções deste artigo apresentamos o Rincão Gaia como um exemplo de patrimônio natural brasileiro e, em seguida, abordamos suas principais ações educativas voltadas ao respeito e à preservação do meio ambiente.

O RINCÃO GAIA

O Rincão Gaia é uma propriedade rural de 30 hectares localizada a 7 km da sede do município de Pântano Grande (RS). Sua manutenção é a principal atividade socioambiental da Fundação Gaia, uma entidade sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública, criada em 17 de junho de 1987 pelo engenheiro agrônomo e ambientalista gaúcho José Lutzenberger (1926-2002). Militante da causa ecológica em suas últimas três décadas de vida, ele colocou em prática, nesse lugar, boa parte do seu ideário de lutas em torno da defesa do meio ambiente. Situado sobre uma antiga jazida de basalto, o rincão foi, ao longo de alguns anos, recuperando áreas degradadas, como buracos de pedreiras em que se formaram lagos, por conta de nascentes e do acúmulo de água das chuvas. No seu entorno habitam espécies silvestres, como jaçanã, martim-pescador, ratão-do-banhado, lontra, coruja-das-torres, entre outras, e plantas típicas de ambientes áridos, como cactáceas e suculentas. Na parte mais alta, encontra-se a aldeia, com jardins formados por entulhos de rochas e plantas aquáticas, além de construções inspiradas em ocas indígenas.

O próprio José Lutzenberger instituiu a Fundação Gaia em 1987, quando iniciou os trabalhos que viriam a configurar sua sede rural (o Rincão Gaia), já em fase adiantada de sua trajetória como ecologista, iniciada quase duas décadas antes. O lugar, uma pequena propriedade rural no interior do município gaúcho de Pântano Grande, expressa sob várias formas sua visão ecológica de mundo, que foi se conformando como resposta a questionamentos de uma época que, no entanto, permanecem atuais. Em resumo, o Rincão Gaia é um esforço de Lutzenberger para educar pessoas tendo em vista, ao fim e ao cabo, a preservação da natureza.

O nome da fundação, e do próprio rincão, refere-se à teoria Gaia, proposta pelo pesquisador britânico James Lovelock, pela bióloga norte-americana Lynn Margulis e outros intelectuais. De acordo com essa cosmovisão, a Terra não é um mero conjunto de biomas, mas um sistema integrado, com “intencionalidade” e espantosa capacidade de autorregulação. Guimarães *et al.* (2008, p. 76) esclarecem que a teoria Gaia pretende explicar o funcionamento do sistema da Terra como

um sistema cibernético no qual o acoplamento dos organismos e de seu ambiente é tão forte que influenciou substancialmente a evolução das condições físico-químicas do planeta. Nessa perspectiva, a evolução biológica e a evolução do ambiente físico-químico não são dois processos independentes, mas, antes, duas facetas do mesmo processo.

Conforme a jornalista e escritora gaúcha Lilian Dreyer (2005), Lutzenberger era amigo pessoal de Lovelock e endossava a visão de mundo Gaia, tendo publicado um livro específico sobre o tema, *Gaia, o planeta vivo*, no qual retoma os dados estritamente científicos que conduziram à hipótese Gaia e ao mesmo tempo defende, para a civilização, o caminho das chamadas tecnologias brandas, um caminho suave de adequação à Gaia por parte do ser humano. O próprio Lutzenberger se referiu a essas tecnologias nos seguintes termos:

Ao contrário do que acontece com as tecnologias duras, que hoje arrasam o planeta porque, ao resolverem um problema, sempre causam uma constelação de outros, as tecnologias brandas sempre resolvem vários problemas ao mesmo tempo. Um exemplo apenas: hoje um pequeno matadouro é violento poluidor orgânico do curso d'água mais próximo. Se usasse os detritos em bioconversão adequada, teria gás para um motor estacionário ou para caldeiras (diminuição de demanda de eletricidade), produziria adubo para todo um esquema das hortas ou pomares orgânicos ao seu redor (produção de alimentos de alto teor biológico) e não mais largaria material orgânico no rio (não controle da poluição, sempre ineficaz, mas eliminação pura e simples da poluição). As tecnologias brandas, que podemos chamar de tecnologias apropriadas, podem e devem entrosar-se em sistemas integrados (LUTZENBERGER, 1990, p. 61).

Pautada pelos princípios teóricos e filosóficos estabelecidos pelo seu fundador, portanto, a Fundação Gaia propõe os seguintes objetivos, conforme seus estatutos:

- promover desenvolvimento ecológico socialmente justo; agricultura regenerativa; prática, pesquisa, difusão, levantamento da memória camponesa; tecnologias brandas com uso inteligente e sustentável dos recursos;
- defender os sistemas naturais, comunidades florísticas e faunísticas, ecossistemas ainda intactos, lutar pela regeneração sempre que possível, lutar contra a extinção de espécies, preservar endemismos;
- defender a identidade cultural dos povos e minorias (FUNDAÇÃO GAIA, 2018).

Tais objetivos são cumpridos por meio da própria história do Rincão Gaia⁶ e do leque de atividades que lá se desenvolvem. As principais ações educativas promovidas no Rincão Gaia consistem de

atividades que mostram a história e a diversidade de seus ambientes, estimulando tanto a curiosidade e a interação com a natureza como a reflexão acerca dos desafios socioambientais atuais e, também, a adoção de uma postura eco-cidadã de preservação da vida (FUNDAÇÃO GAIA, 2018).

As visitas devem ser pré-agendadas e incluem caminhadas orientadas por monitores através de trilhas interpretativas do local, as quais possuem algumas paradas em pontos estratégicos, como a sepultura de Lutzenberger, o mirante astronômico, o Lago das Estrelas, os canteiros de entulho, a coleção de plantas carnívoras e a coleção de cactáceas e suculentas.

Além das trilhas, há também acesso a lavouras, hortas, criações de animais e à infraestrutura do local. O Rincão Gaia estipula a duração das visitas entre um turno, um dia inteiro e mais de um dia, e o tamanho dos grupos é de até 30 pessoas. Neste artigo serão abordadas apenas as trilhas ecológicas como exemplos de ações educativas promovidas em um patrimônio natural brasileiro.

AÇÕES PEDAGÓGICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: AS TRILHAS ECOLÓGICAS

Um dos espaços educativos que fazem parte da trilha ecológica é o buraco principal da antiga pedreira de basalto, que, com o passar dos anos, assim como outras crateras que existiam na propriedade, foi alagado por conta do acúmulo de água das chuvas. Depois de 30 anos de extração, quando da última lavra, a situação do buraco era de extrema degradação, estando fadado a transformar-se em um lixão a céu aberto, a depender da intenção da prefeitura local. Em 1987, com a criação da Fundação Gaia, José Lutzenberger e sua equipe passaram a restaurar aquela paisagem, e sua aposta, coerente com a ideia das tecnologias brandas, foi “intervir pouco e de forma estratégica, transformando os buracos da pedreira em uma malha de lagos grandes e pequenos espalhados por toda a área”, conforme relata Alexandre de Freitas (2010), também educador ambiental ligado à Fundação Gaia. Dessa forma, ainda de acordo com Freitas (2010), Lutzenberger pretendia “estimular o trânsito da fauna e deixar que a região se beneficiasse com a dispersão de sementes”. Após sua restauração, essa grande massa de água acumulada foi eleita como um dos pontos da trilha interpretativa do rincão, onde se pode olhar a vegetação do entorno. O Lago das Estrelas, como passou a ser chamada a antiga cratera, possui uma funcionalidade estética, mas também ecológica, a qual é discutida por Steil, Carvalho e Pastori (2010) na pesquisa etnográfica que empreenderam durante um ano e meio, entre 2008 e 2009. No artigo intitulado “Educação ambiental no Rincão Gaia: pelas trilhas da saúde e da religiosidade numa paisagem ecológica”, afirmam que, quando foram encerradas as atividades na pedreira, havia muito lixo no ambiente, numa época em que não havia tecnologia suficiente para a reciclagem. Os pesquisadores

⁶ Embora o Rincão Gaia não esteja enquadrado ainda em legislação que o torne um patrimônio nacional, foi declarado um espaço de utilidade pública nas esferas municipal, estadual e federal. Além disso, possui reconhecimento enquanto importante espaço de preservação do meio ambiente por parte da comunidade que dele usufrui e de lideranças ecológicas reconhecidas nacional e internacionalmente.

acompanharam o educador ambiental Marcos na condução da trilha no módulo “Arte e Ecologia”. Este lembrou o grupo de visitantes que, para Lutzenberger,

era fundamental que os problemas com que nos deparamos no ambiente devem ser solucionados por nós mesmos, evitando deixá-los para as gerações futuras e, assim, o lago se apresenta como uma solução estética para um problema ético gerado pelo acúmulo de lixo deixado no local (*in* STEIL; CARVALHO; PASTORI, 2010, p. 58).

Steil, Carvalho e Pastori (2010, p. 56) também observaram que o lugar frequentemente é percebido como um “exercício experimental” da hipótese Gaia, de James Lovelock, lá estando “à mão o testemunho de um processo de regeneração de uma área degradada” e uma evidência de “que a degradação do planeta pode encontrar um destino regenerador”. Os pesquisadores identificaram uma reiteração da associação do rincão com Gaia nesta fala da bióloga e monitora Ana Luiza, no curso de Ervas Medicinais e Aromáticas:

Interessante é vocês terem em mente que esse lugar aqui foi um local que sofreu muito com a degradação de pedreiras e, portanto, toda a paisagem que enxergamos, tudo que tem aqui hoje, de ornamentais, de medicinais, de pomares, de horta, não existia em 1987. Foi fruto de um processo que a gente chama hoje, em 2008, de restauração ambiental: ele restabeleceu a vida do Rincão (*in* STEIL, CARVALHO, PASTORI, 2010, p. 56).

Outro ponto importante da trilha ecológica é a coleção botânica de cactos e plantas suculentas. Esse conjunto de plantas é organizado pelo critério de agrupamento de gênero, conforme consta no item “Atividades agropecuárias” do Relatório Anual 2015 da Fundação Gaia. Os inúmeros vasos lá cultivados ficam dispostos sobre prateleiras de madeira em um ambiente favorável ao seu desenvolvimento, uma estufa aquecida pela luz solar, que conserva o calor em seu interior graças ao revestimento com telas de sombreamento, ou sombrite, na cobertura, e cortinas de plástico nas laterais. Uma das atividades propostas, naquele espaço, é uma oficina de microjardinagem, na qual os participantes são instigados a adentrar a estufa e compor seus próprios vasos com mudas retiradas de alguns dos vasos lá presentes. Na oficina realizada como parte da coleta de dados para este artigo, o educador ambiental não verbalizou suas intenções pedagógicas com essa prática, preferindo conduzir os participantes à contemplação das plantas. Um dos vários ensinamentos ecológicos que pode ser derivado da experiência é a “necessária reconexão do homem com a natureza”, conforme preconizava o próprio Lutzenberger (2012).

A próxima parada da trilha consiste dos canteiros de entulhos, elevações de rochas de basalto amontoadas, entremeadas por terra, sobre as quais crescem cactos, suculentas e alguns arbustos, como a pata-de-elefante, que lembra uma palmeira. Na reportagem de televisão “5 atrações: Rincão Gaia” (2016), a coordenadora do Rincão Gaia, Lara Lutzenberger, afirma que a solução que o seu pai encontrou e praticou para esconder os restos de obras agregam um “charme paisagístico ao local”. De acordo com Steil, Carvalho e Pastori (2010, p. 58), os canteiros são apresentados como “composições funcionais para problemas do ambiente”. A principal lição dessa parte do rincão diz respeito a práticas de sustentabilidade, principalmente à reciclagem. Visto que os canteiros possuem “algumas entradas” ou “reentrâncias”, formam-se alguns “nichos” que acabam sendo habitados por pequenos animais silvestres, como roedores e cobras. A respeito da interdependência entre animais e plantas que habitam o ambiente, na seção “Jardins rupestres do Rincão Gaia”, do livro *Lutzenberger e a paisagem*, Backes (2005, p. 113) afirma o seguinte:

Lutzenberger pensava o solo como uma entidade viva, um ecossistema que sustenta uma parte da vida no planeta. Sabia que os solos do planeta são o resultado de milhões de anos de trabalho contínuo das forças naturais físicas e biológicas. E por isso os reverenciava e os conhecia. A diversidade de sua composição e características é um dos fatores da diversidade paisagística da terra. Lutzenberger dominava a arte de manejar um solo, de criar distintos ambientes edáficos de acordo com a comunidade de plantas que ele desejava implantar ou manejar através da sucessão natural.

Outro ponto pedagógico da trilha é a coleção de plantas carnívoras, que cresce em uma estufa em formato de hexágono, sendo sua base estruturada por mourões de eucalipto e uma cobertura de sombrite. Há vasos pendurados, e a maior parte deles repousa sobre canteiros altos de concreto, permanentemente irrigados, uma vez que carnívoras requerem umidade, tanto do substrato como do ambiente. Tais plantas se alimentam de insetos, ácaros e pequenos organismos que caem em suas urnas. Possuem folhas modificadas em forma de armadilhas de diversos formatos capazes de capturar, prender, digerir por meio de enzimas e, finalmente, absorver nutrientes das presas capturadas. Backes (2005) afirma que são poucos os lugares que possuem uma coleção com a variedade existente nesse jardim e que, ao reproduzir o ambiente palustre (alagadiço, pantanoso) e ácido (pobre em fosfatos e nitratos) onde vicejam as carnívoras, Lutzenberger criou condições para cultivar espécies originárias de vários lugares do planeta, entre elas uma *Drosera capensis*, nativa da África do Sul, cujos pelos, no tecido foliar, produzem mucilagem que “cola” a presa à planta.

Segundo o educador Marcos (in STEIL; CARVALHO; PASTORI, 2010, p. 57), a carnívora, de certa forma, inverte uma suposta “ordem natural” do planeta, “em que às plantas caberia dar-se em alimento, e aos insetos e mamíferos, sorver-lhes a vida”. A esse respeito, o próprio Lutzenberger (1990, p. 91) afirma que,

em alguns solos úmidos, extremamente ácidos e pobres em nutrientes, o mundo vegetal consegue avançar com pioneiras muito especializadas, certas plantas carnívoras. Não conseguindo retirar minerais do solo, elas se alimentam de insetos. Quando morrem, com o húmus daí resultante, enriquecem o solo, preparando-o para outras plantas menos especializadas. A morte é fundamental no grande contexto.

Uma das principais lições ensinadas nessa parte da trilha está diretamente relacionada com a filosofia Gaia e consiste na ideia de que existe uma certa sabedoria no universo, pois as carnívoras encontraram um jeito inteligente de sobreviver ao subverterem a “ordem natural” do planeta. Outra lição, também ligada à filosofia Gaia, consiste em compreender que tudo está relacionado com tudo, pois a morte faz parte da vida na origem dessas plantas. Além disso, é possível pensar em mais um ensinamento ligado à filosofia Gaia, a saber, de que devemos cultivar a reverência e o respeito por todas as formas de vida, pois elas são capazes de nos transmitir uma lição de vida/morte. Nesse sentido, na reportagem de televisão sobre as “5 atrações: Rincão Gaia” (2016), Lara Lutzenberger afirma que a referida coleção “expressa o desejo de propiciar a compreensão das pessoas do quão diversa, do quão exótica e do quão criativa a natureza consegue ser” e que, “quando nós tomamos mais consciência disso, nos dispomos mais a querer preservar”.

O jazigo de José Lutzenberger é a última parada nessa incursão pelo Rincão Gaia. Segundo Dreyer (2005, p. 418-419), Lutzenberger buscava um lugar para um cemitério na propriedade rural, pois em seu projeto original o rincão, um dia, constituiria um vilarejo, um local onde outras pessoas iriam plantar suas moradas. Depois de conversar com algumas pessoas, ele se decidiu pelo capão de eucaliptos, uma pequena porção de mato isolado no meio do campo. Pediu para ser enterrado lá, sem cerimônia religiosa. Escolheu, na

funerária de um amigo, um esquife para ser transportado – e não enterrado – até a cova, pois não desejava levar madeira nova para debaixo da terra. Seu corpo foi pousado sobre uma manta grossa e ampla ao lado da sepultura à qual foi baixado. *Grosso modo*, essas e outras passagens sobre a vida e a morte de Lutzenberger são narradas por educadores patrimoniais aos visitantes do Rincão Gaia, que se sentam sobre tocos de árvores dispostos num semicírculo, à sombra do umbuzeiro que ele pediu para plantar no local depois de sua morte. No ponto de parada para reflexão, sobre a cova, cresce um jardim de bromélias.

A reciclagem do corpo do ambientalista articula-se com o princípio da filosofia Gaia, segundo o qual tudo está relacionado com tudo em se tratando de natureza. De acordo com a coordenadora do Rincão Gaia, Lara Lutzenberger:

É o lugar [a sepultura] onde a gente chega mais próximo do meu pai, onde a gente pode dizer que se reencontra com ele de novo, é onde ele mesmo escolheu ser sepultado, da forma mais natural possível. Ele foi sepultado sem caixão, envolto apenas em um pano. Está sendo novamente reciclado à natureza, a nossa terra, e está se manifestando em todas as formas de vida que aqui se encontram. Quando eu estou aqui, eu o vejo nas árvores, nas bromélias (5 ATRAÇÕES..., 2016).

O artigo de Steil, Carvalho e Pastori (2010, p. 60) também aborda a questão da reintegração dos seres vivos à terra com base no espaço da sepultura, o que se torna explícito pelo fato de o corpo do ambientalista não ser posto num túmulo de concreto porque este dificultaria a sua absorção e a integração com outros elementos orgânicos. A narrativa dos educadores ensina como Lutzenberger se tornou parte da natureza (princípio Gaia), aliando-se a ela mesmo depois de sua própria morte, ao mesmo tempo em que propõe, de forma pedagógica, soluções possíveis para nossos problemas ambientais. Por fim, os pesquisadores afirmam que

o umbu é a forma pela qual Lutzenberger se apresenta hoje aos vivos, renascido nesta árvore que evoca o encontro dos tropeiros no pampa, que costumam se reunir a sua sombra para conversar e compartilhar a cuia de chimarrão (STEIL; CARVALHO; PASTORI, 2010, p. 60).

Também se referem, no artigo, à metáfora “preferida” do ambientalista para pensar sobre o processo da vida e da morte, a saber, a “sinfonia orgânica da vida”, que está no texto de autoria de Lutzenberger, gravado na lápide de pedra basalto no espaço da sepultura, assinado com as iniciais JAL, no ano de 2001. A seguir, o texto está reproduzido:

A verdadeira, a mais profunda Espiritualidade consiste em sentir-nos parte integrante desse maravilhoso e misterioso processo que caracteriza Gaia, nosso planeta vivo, a fantástica sinfonia da evolução orgânica que nos deu origem junto com milhões de outras espécies; é sentir-nos responsáveis por sua continuação e desdobramento (frase de Lutzenberger, inscrita em sua lápide – in STEIL; CARVALHO; PASTORI, 2010, p. 61).

Esse ponto de observação da trilha interpretativa do Rincão Gaia opera como uma grande síntese de sentidos e significados sobre a militância de Lutzenberger pela preservação da natureza e do meio ambiente, de um lado, e, de outro, do próprio Rincão Gaia como um espaço que, de certa maneira, materializa sua filosofia de vida e os ensinamentos que pretendia deixar para a humanidade. De fato, o Rincão Gaia é uma expressão simbólica tão bem realizada do jeito ecológico de Lutzenberger viver (e morrer) que contribuiu fortemente para torná-lo um mito entre seus admiradores.

CONCLUSÃO

Estabelecemos, neste artigo, um borramento de fronteiras entre dois campos – a educação patrimonial e a educação ambiental –, ancorados numa perspectiva ampliada e não elitista de patrimônio (que não hierarquiza cultura e natureza, que não distingue patrimônio material de imaterial) e na ideia de que ambos têm a pretensão de formar, dentro e fora da escola, sujeitos comprometidos socioambientalmente. Mostramos, também, que as trilhas ecológicas e ações de educação ambiental do Rincão Gaia podem ser consideradas patrimônio ambiental do Rio Grande do Sul, pois foram idealizadas com base em inúmeros princípios ecológicos e construídas como parte do legado de José Lutzenberger.

Apresentamos, por fim, as lições ensinadas nas trilhas ecológicas do Rincão Gaia – lições essas que correspondem a um conjunto de ações educativas voltadas a **promover** a reconexão dos seres humanos com a natureza e a regeneração de áreas degradadas mediante elementos da paisagem e soluções relativamente simples; **compreender** a relação de profunda interdependência entre todos os elementos da Terra (bióticos e abióticos, humanos e não humanos), bem como a necessidade de **respeitar** todas as formas de vida; **desenvolver** sensibilidades socioambientais e espirituais com a finalidade de solucionar problemas cotidianos; e, finalmente, **experimentar** a hipótese Gaia na prática para possibilitar a reversão do processo degenerativo instaurado pelos seres humanos no planeta. As lições do Rincão Gaia são brandas e sutis, porém tão contundentes e persuasivas quanto a estratégia referida no início deste artigo – a de expor, na frente da sede da Polícia Ambiental de Santa Catarina, a árvore de 535 anos cortada para a fabricação de cercas.

REFERÊNCIAS

ALOÍSIO Magalhães. In: ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. S.d. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa10144/aloisio-magalhaes>. Acesso em: 30 abr. 2021.

ÁRVORE gigante rara de 535 anos foi derrubada em Santa Catarina para virar cerca. G1/BBC News, 29 nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/11/29/arvore-gigante-rara-de-535-anos-foi-derrubada-em-santa-catarina-para- virar-cerca.ghtml>. Acesso em: 8 dez. 2019.

BACKES, Paulo. **Lutzenberger e a paisagem**. Porto Alegre: Paisagem Sul Editora, 2005.

CALABRE, Lia. O Serviço do Patrimônio Artístico Nacional dentro do contexto da construção das políticas públicas de cultura no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 35, p. 33-43, 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf. Acesso em: 2 maio 2021.

5 ATRAÇÕES: Rincão Gaia. Realização do Governo do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016. 3 min. son., color. Publicado em 6 de junho de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WfHqmsxDhLw&t=124s>. Acesso em: 15 nov. 2017.

COSTA, Nathalia Santos. **Representações e pedagogias culturais do patrimônio cultural de Porto Alegre no projeto de ação educativa “Caixa de Memórias POA”**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2016.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **O patrimônio natural no Brasil**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=418>. Acesso em: 9 dez. 2019.

DREYER, Lilian. **Sinfonia inacabada**. Porto Alegre: Vidicom Audiovisuais Edições, 2005.

FREITAS, Alexandre de. **Inovação em paisagismo**. 2010. Disponível em: <http://chaosecosmos.blogspot.com/2010/10>. Acesso em: 13 ago. 2018.

FUNDAÇÃO GAIA. **Quem é a Fundação Gaia?** Disponível em: <http://www.fgaia.org.br/quem.html>. Acesso em: 13 ago. 2018.

FUNDAÇÃO GAIA – LEGADO LUTZENBERGER. **Relatório Institucional 2015**. 2015. Disponível em: <http://www.fgaia.org.br/relatorios/fgaia2015.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2017.

GIROUX, Henry; MCLAREN, Peter. Por uma pedagogia crítica da representação. In: GUIMARÃES, Maria Daniela Martins; LIMA-TAVARESA, Marina de; NUNES-NETO, Nei de Freitas; CARMO, Ricardo Santos do. A Teoria Gaia é um conteúdo legítimo no ensino médio de Ciências? **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 3, n. 1, p. 73-104, 2008.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; FARIAS, Priscila; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Aloísio Magalhães, o nome que inovou as políticas de patrimônio. 16 ago. 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3216>. Acesso em: 30 abr. 2021.

LUTZENBERGER, José Antônio. **Ecovisão do estuário**. 1978. Disponível em: <http://www.fgaia.org.br/texts/ECOVISÃO DO ESTUÁRIO - José Lutzenberger - 1978.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2018.

LUTZENBERGER, José Antônio. **Fim do futuro?** Manifesto Ecológico Brasileiro. Porto Alegre: Movimento, 1976. 96 p.

LUTZENBERGER, José Antônio. **Gaia, o planeta vivo: por um caminho suave**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1990. 112 p.

LUTZENBERGER, José Antônio. **Manual de ecologia: do jardim ao poder**. Organização de Lilian Dreyer. Porto Alegre: L&PM, 2012. 116 p. (Coleção L&PM Pocket). v. I.

MORAES, Allana Pessanha de. Educação patrimonial nas escolas: aprendendo a resgatar o patrimônio cultural. **Cidadania**, Uberlândia, v. 5, 2005. Disponível em: <https://ensinodehistoriaepatrimonio.files.wordpress.com/2015/07/educac3a7c3a3o-patrimonial-nas-escolas-aprendendo-a-resgatar-o-patrimc3b4nio-cultural-e28093-allana-pessanha-de-moraes.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2019.

MORAES, Carolina; GABRIEL, João. Sob Bolsonaro, IPHAN vive paralisia mais longa desde antes da ditadura militar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 abr. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/04/sob-bolsonaro-iphan-vive-paralisia-mais-longa-desde-antes-da-ditadura-militar.shtml>. Acesso em: 7 dez. 2021.

PEREIRA, Danilo Celso. A natureza como patrimônio cultural: entre o conceito e a prática federal de preservação. **Revista Memorare**, Tubarão, v. 4, n. 1, p. 120-145, jan.-abr. 2017.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (org.). **Dicionário IPHAN de patrimônio cultural**. Rio de Janeiro/Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. Disponível em: <http://cmsportal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Servi%C3%A7o%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Hist%C3%B3rico%20e%20Art%C3%ADstico%20Nacional.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2019.

RINCÃO Gaia - *teaser* institucional. Porto Alegre: Salada Mista Design & Motion, 2014. 4 min. Vídeo, son., color. Com falas de José Lutzenberger e Lara Lutzenberger gentilmente cedidas por Karioka Multimedia Produtora. Disponível em: <https://vimeo.com/111285499>. Acesso em: 9 dez. 2019.

STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; PASTORI, Erica Onzi. Educação ambiental no Rincão Gaia: pelas trilhas da saúde e da religiosidade numa paisagem ecológica. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 54-64, jan.-abr. 2010.

VERGARA CERQUEIRA, Fábio. Patrimônio cultural, escola, cidadania e desenvolvimento sustentável. **Diálogos**, v. 9, n. 1, p. 91-109, 2005.

ZUBARAN, Maria Angélica. O processo de patrimonialização do Solar Lopo Gonçalves: o solar que virou museu. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST**, v. 5, n. 1, p. 87-102, 2012.